

Problematizações das práticas psi: articulações com o pensamento foucaultiano

The problematization of psychological practices: developments of foucauldian approaches

Simone Maria Hüning y Neuza M. F. Guareschi

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Brasil
nmguares@pucrs.br

Resumo

A problematização das práticas de intervenção na área psi tem sido orientada, muitas vezes, por alguns conceitos foucaultianos como poder, saber e regimes de verdade e tem introduzido questões diferenciadas em relação àquelas que tradicionalmente tem-se caracterizado como uma compreensão do que são as práticas psicológicas. Se por um lado essas reflexões passam por uma desacomodação produzidas pelo olhar foucaultiano, por outro lado, esse incômodo é suscitado pelas práticas psicológicas tradicionais que desfrutam de um estatuto de legitimidade. Esses questionamentos instigam o pensar sobre deslocamentos nas formas de intervenção e compreensão das práticas psi.

Palavras Chaves: Práticas Psicológicas; Práticas de Intervenção; Produção de Sujeitos.

Abstract

The problematization of the practices of intervention in Psychology has been helped by foucauldian concepts such as power, knowledge, and truth regimes. These concepts have altered the questions which have traditionally characterized views of psychological practices.

However, such analysis has been accused of focusing only on the condition of visibility of power relations and modes of production of truth regimes, instead of instituting new forms of action or intervention.

In this article we aim to produce a space for new links between foucauldian thought and current ways of conceiving the interventions in the psychology field.

Keywords: Psychological Practices; Practices of Intervention; Subject production.

“A psicologia é somente uma fina película na superfície do mundo ético no qual o homem moderno busca sua verdade – e a perde.” (Foucault, 2000: 85)

“Toda psicologia é uma pedagogia, toda decifração é uma terapêutica, não se pode saber sem transformar.” (Foucault, 2002a: 227)

As reflexões que apresentamos neste trabalho produziram-se de um lado pela desacomodação que o olhar foucaultiano introduz a partir de análises que mais recentemente têm sido feitas no campo da Psicologia e de outro lado, pelo incômodo suscitado pelas práticas psicológicas tradicionais. Iniciaremos situando algumas das razões destes desconfortos buscando apontar o reducionismo que determinadas posturas do campo psi têm produzido na sua abordagem dos sujeitos e do psicológico.

O incômodo em relação às práticas psicológicas tradicionais diz respeito a sua pretensão em dar conta do desvelamento do sujeito – portanto, supondo a pré-existência de uma interioridade do sujeito – por meio de teorias e técnicas cunhadas sob inspiração do paradigma positivista a partir das quais a Psicologia passou a ostentar o título de Ciência da Conduta. Para Michel Foucault (2002a: 133), a psicologia do século XIX ostentou duas preocupações: “alinhar-se com as ciências da natureza e de encontrar no homem o prolongamento das leis que regem os fenômenos naturais”, o que a levou a elaboração de leis com bases em modelos matemáticos e hipóteses explicativas que tomavam como matriz a metodologia das ciências naturais. Essa psicologia, que buscava constituir-se como conhecimento positivo, ancorou-se, segundo este autor, em dois postulados filosóficos: “que a verdade do homem está exaurida em seu ser natural, e que o caminho de todo o conhecimento científico deve passar pela determinação de relações quantitativas, pela construção de hipóteses e pela verificação experimental”. (Foucault, 2002a: 133).

Em sintonia com este pensamento grande parte de seu investimento deu-se no sentido de produzir medidas, testagens e previsões, instituindo uma racionalidade que tudo classifica em termos do comportamento, analisado com base no indivíduo, cindindo-o do social e centrando no primeiro as origens das patologias e transtornos da psique.

Ao social, colocado como uma instância secundária de influência sobre o sujeito, restaria a propriedade de adaptar esta unidade que se produz desde um dentro, de um núcleo psíquico previamente dado, estabelecendo-se a primazia do indivíduo sobre o social. Como instância de influência e regulação, o social estaria fora do âmbito de interesse (e competência) do campo psi. O olhar da psicologia estaria voltado para os processos de adaptação do indivíduo a este campo social dado como natural e a “inadaptação” (problema apontado pela Psicologia Social) recairia sobre o próprio indivíduo. Mesmo a Psicologia Social que se produziu tendo por base este paradigma. Por sua vez, a Psicologia Social Crítica na tentativa de superar a filosofia adaptacionista, instalada pela Psicologia Social Norte Americana, alega uma não separação entre o objeto de estudo da Psicologia e a da Psicologia Social, postulando que toda Psicologia é Social, não avança, porém, na discussão epistemológica sobre as dicotomias individual/social e sujeito/objeto.

Em parte, podemos relacionar esta postura ao fato de que, referenciada por uma perspectiva evolucionista e adaptacionista, e buscando seu reconhecimento como Ciência, a Psicologia importou das chamadas “ciências duras” seus métodos de investigação e experimentação, aos quais ainda se vincula na maior parte de suas práticas cotidianas (como avaliações psicológicas, testagens,

estabelecimento de perfis de personalidade, diagnósticos, etc.). Dentre a diversidade de vertentes teóricas da Psicologia¹ e abordagens centradas em processos diagnósticos, nosológicos, terapêuticos ou avaliativos, entre outros, há em comum a referência a um discurso de cientificidade, manifesto pela proposição de acesso, mensuração e controle desse psiquismo.

Neste sentido, Foucault (2002a) aborda a história da psicologia assinalando, no final do século XIX, um traço comum às diferentes psicologias, o que chama de “preconceito da natureza”: a psicologia se ancorava no modelo das ciências da natureza, na busca da objetividade e de seus métodos de análise (modelo físico-químico, modelo orgânico, modelo evolucionista). Mais adiante, a ênfase é posta naquilo que diferia o homem e não mais no que o tornava igual a qualquer ser vivo, reconhecendo sua história pessoal e colocando em questão a análise dos sentidos da conduta humana, “a descoberta dos sentidos”. Aqui a emergência da psicanálise, levando a psicologia ao que Foucault chamou de “estudo objetivo das significações”.

Neste ponto, o autor aponta para uma ruptura na concepção da ciência psicológica. No artigo Filosofia e Psicologia, Foucault (2002b) afirma que se no século XVIII, a psicologia possuía uma definição positiva, como ciência da alma, da consciência ou do indivíduo, após Freud, essa definição sofre um abalo. Com a introdução da noção de inconsciente, oposições entre alma e corpo, indivíduo e sociedade deixam de fazer sentido, bem como as fronteiras que antes definiam o que era domínio de um conhecimento psicológico ou sociológico.

“Toda a história da psicologia até o meado do século XX é a história paradoxal das contradições entre esse projeto e esses postulados; ao perseguir o ideal de rigor e exatidão das ciências da natureza, ela foi levada a renunciar aos seus postulados; ela foi conduzida por uma preocupação de fidelidade objetiva em reconhecer na realidade humana outra coisa que não um setor da objetividade natural, e em utilizar para reconhecê-lo outros métodos diferentes daqueles de que as ciências da natureza poderiam lhe dar o modelo. Mas o projeto de rigorosa exatidão que a levou, pouco a pouco, a abandonar seus postulados tornou-se vazio de sentido quando esses mesmos postulados desapareceram: a idéia de uma precisão objetiva e quase matemática no domínio das ciências humanas não é mais conveniente se o próprio homem não é mais da ordem da natureza. Portanto, é a uma renovação que a psicologia obrigou a si própria no curso de sua história; ao descobrir um novo

¹ Talvez, aqui, pudéssemos colocar a Gestalt, a Fenomenologia e algumas versões da Psicanálise como abordagens teóricas diferenciadas. Entretanto, a Gestalt não chegou a se firmar como uma vertente teórica, mas como um movimento, e a Fenomenologia é uma corrente filosófica, utilizada na psicologia como abordagem metodológica ou de compreensão, descrição e explicação de fenômenos. Tanto uma quanto a outra não referenciam questões sobre as práticas psicológicas de controle e normatizações que abordamos neste texto. Por sua vez, a psicanálise, em suas várias vertentes, não se apresenta de forma unívoca quanto a estas questões. Temos aqui as especificidades das diferentes vertentes da psicanálise, dentre as quais, a chamada Psicologia do Ego, mais vinculada aos pressupostos de controle e acesso ao psiquismo a qual poderíamos opor perspectivas mais recentes da psicanálise, vinculadas à virada lingüística, como por exemplo, a corrente lacaniana.

status do homem, ela se impôs, como ciência, um novo estilo". (Foucault, 2002a: 133-134).

E segue afirmando que essa tarefa na busca de novos princípios nem sempre foi bem compreendida pelos psicólogos. Resistindo a novos projetos, ou a novos princípios, esse que chamamos de discurso hegemônico da psicologia, não apenas fundou-se, mas também tentou sustentar-se a partir de uma compreensão de Ciência que tem como pressupostos a experimentação, a objetividade, a neutralidade e a generalização, que se complementarizam demarcando o que poderia ser tomado como um conhecimento cientificamente válido. A experimentação trouxe-lhe a primazia da técnica. Dessa forma, não se permitiu experimentar como uma ciência que se distanciasse dessa abordagem tecnicista para poder avançar em uma dimensão discursiva.

A objetividade sustentou o discurso da neutralidade do cientista, pretensamente garantida pela utilização do instrumento que propiciou a separação entre o sujeito e o objeto. Essa suposta separação situou o psicólogo (sujeito ativo) numa posição de "descobridor" da realidade psíquica (objeto passivo) que independeria dos modos de conhecer utilizados pelo primeiro. Objetividade e neutralidade contribuíram, assim, para idéias como interioridade e essência psicológica. A psicologia constituída como ciência positivista² propõe, assim, a noção de um sujeito universal que tornaria inquestionável a generalização a partir de pesquisas fundadas metodologicamente em testes de probabilidades estatísticas. Disso resulta a naturalização tanto dos fenômenos psíquicos, dessa "substância psicológica", quanto dos conhecimentos que buscariam dar conta deles.

Neste ponto, as reflexões sobre estas questões nos conduzem ao outro ponto indicado no início deste trabalho: a desacomodação, por sua vez, provém das problematizações introduzidas pelo pensamento foucaultiano no campo da Psicologia. Foucault (1998), ao discutir os modos como os discursos científicos constituem-se em regimes de verdade que formam sujeitos, questiona não apenas as possibilidades e limitações desta Ciência e dos saberes psi, mas propõe pensar que outras formas estes podem assumir, não com a intenção de buscar para si o caráter científico, mas problematizando questões tais como: a que objetivos tais saberes vinculam-se ou podem vincular-se, como "funcionam" produzindo realidades e modos de subjetivação. Ou seja, para Foucault (2000) as ciências humanas são formações discursivas que durante três séculos foram se articulando em diferentes campos de saber, instituindo o sujeito da modernidade. Desta forma, e seguindo o pensamento Foucaultiano, para a Psicologia se faz necessário buscar as condições de possibilidade e de emergência de suas teorias e conhecimentos que a constituíram enquanto uma disciplina que marca determinados objetos como de seu campo de saber e ordena modos de viver.

A introdução destas interrogações rompe com uma dicotomia própria da Modernidade: a separação entre o que dizia respeito à Ciência e à política, sendo a primeira reconhecida como valor supremo, como algo que justificava e legitimava a si mesma. Foucault desconstrói esta oposição mostrando a estreita relação entre saberes e poderes, portanto, o comprometimento político das ciências. Nesta proposição, implica-se a produção de conhecimentos com a esfera política e dimensiona-se a Ciência como constituinte das práticas culturais. Ao contrário do que propunha o pensamento Moderno, a ciência não está mais acima da cultura para analisá-la ou sofrer sua interferência, mas é em si uma prática cultural.

² Não é a intenção, aqui, aprofundar a discussão sobre a história da Ciência e as diferenças inerentes ao próprio positivismo.

A cultura, neste contexto é entendida como constituinte dos sujeitos. Os processos de subjetivação são culturais, compreendem práticas de significação que posicionam os sujeitos e produzem modos de existência. A cultura não é um termo abstrato, mas diz respeito às práticas cotidianas que se dão num campo de lutas, de relações de poder. A ciência insere-se, desse modo, entre as práticas culturais, como discursos que produzem determinados modos de subjetivação. Ao se relacionar a ciência à cultura a primeira passa também a ser ação, entendida aqui como prática política que se efetua e modifica as ações alheias. Tanto a cultura como a ciência são tomadas como práticas que ao produzirem sentidos, estes adquirem efeitos de verdade, instituindo modos de ser e de compreender e explicar a si e ao mundo. Isso significa atentar-se ao modo de compreensão de história proposto por Foucault (1990), de modo que fazer ciência é fazer história, e esta não é somente a descrição de fatos e acontecimentos, mas evidenciar os modos pelos quais o campo social produz, modifica e, especialmente, possibilita o aparecimento desses acontecimentos.

Essas considerações iniciais de modo algum resolvem, ou mesmo propõem-se a resolver o incômodo que motiva este trabalho. Talvez seu principal efeito seja a desacomodação que provocam à Psicologia, dimensionando-a enquanto prática teórico-política que problematiza a construção de um “sujeito/social” (Guareschi, Bruschi e Medeiros, 2003). Pensar a Psicologia a partir de uma articulação com o pensamento foucaultiano é trazer para esta disciplina, marcada por diferentes momentos teóricos, alguns descentramentos, por exemplo, nos modos como compreendemos o que é o sujeito e na própria concepção de conhecimento. Ao assumirmos que as práticas culturais, onde se inscrevem as práticas psicológicas, constituem os sujeitos, estes não se reduzem mais a uma unidade possuidora de um núcleo, situada fora do social e do político. Desse modo, podemos interrogar que sujeitos têm sido forjados pelos discursos das disciplinas psicológicas, que efeitos estes têm produzido nos modos de subjetivação no contemporâneo e a que compromissos têm-se vinculado.

A partir disso o pensamento foucaultiano lança a Psicologia a uma posição de desassossego e desnaturalização de práticas institucionalizadas. Desassossego pela provisoriade e localidade do conhecimento produzido; desnaturalização na medida em que questiona e busca visibilizar as condições de emergência das práticas psi, recolocando-as não como “desenvolvimento inevitável” do campo científico, mas como efeitos de determinadas articulações discursivas. A proposta de desnaturalização do que está legitimado constitui em si uma tarefa conflituosa, especialmente em um campo onde as disputas teóricas têm se dado de forma tão ferrenha por uma busca de demarcações de abordagens teóricas, metodológicas ou campos de especialidades, sendo deste modo alvo de várias críticas. Para além disso, especificamente as análises que buscam um diálogo com o pensamento foucaultiano são freqüentemente acusadas de desconstruir o que existe sem, no entanto, propor alternativas a serem colocadas no lugar daquilo que criticam. É-lhes atribuído um esvaziamento, talvez também pautado pela dicotomia pensar/fazer, que coloca na proposição de uma prática (neste caso, como oposição ao discurso) sua positividade produtiva.

A essa acusação, pode-se responder que se as teorizações foucaultianas não nos oferecem uma resposta acabada sobre um outro modo de fazer psicologia, elas nos possibilitam reposicionar questões relativas às suas práticas, lançar um outro olhar, pensar por outros caminhos, o que, como efeito, transforma o próprio fazer. Esse entendimento recusa a separação entre pensar/fazer, teoria/prática e nos indica o potencial produtivo que estas análises encerram.

Assim, no mal-estar em relação ao que se faz e as interrogações na busca por outros fazeres no campo da Psicologia, nos aproximamos do pensamento foucaultiano para problematizarmos, por um

lado, as práticas psicológicas como tecnologias que produzem um certo tipo de sujeito; por outro lado as próprias análises foucaultianas realizadas no campo da Psicologia interrogando sobre seus potenciais e limitações na reinvenção de outras práticas psi.

Apresentadas as questões propulsoras deste trabalho, tendo também indicado os terrenos pelos quais transitamos para desenvolvê-lo, nos deteremos agora na análise de uma prática central do campo psi: a intervenção. O foco na problematização da intervenção deve-se ao fato de que esta é uma prática que, do modo como tem sido constituída na Psicologia, se vincula intimamente com o projeto da Modernidade na sua pretensão de controle e neutralidade. Não esquecendo que, como o pensamento foucaultiano nos indica, um dos principais fatores que caracteriza a modernidade é a normalização das disciplinas e, a Psicologia enquanto uma delas produziu suas ferramentas para a construção não só dos saberes, mas dos sujeitos psicológicos. Tomaremos a intervenção como um analisador desses saberes dos discursos psicológicos com o objetivo de propor uma ampliação do que se tem compreendido por intervenção, a partir das contribuições foucaultianas, para assim situarmos alguns deslocamentos que estas provocam nos modos de pensar/fazer a(s) psicologia(s).

Algumas interrogações que nos orientam podem ser assim apresentadas: dentro de que episteme torna-se possível pensar a intervenção? Como são “eleitos” os alvos de intervenção? O que pretendem as intervenções? Há possibilidade dessa demarcação, usualmente utilizada no campo psi, entre um momento de diagnóstico e um momento de intervenção?

A Modernidade e a intervenção em Psicologia

Embora as questões acima elencadas não estejam vinculadas com uma intenção (ou pretensão) de linearidade em suas respostas (se é que estas são possíveis), se concordamos com Foucault que o conhecimento e a verdade são produtos historicamente construídos, cabe inicialmente refletirmos sobre as condições de possibilidade da emergência da noção de intervenção. Para tanto, entendemos ser importante dimensionar a(s) disciplina(s) psicológica(s) em relação ao campo científico em que se fundou(aram), ou seja, sua produção a partir de uma matriz positivista experimental de Ciência, implicada na configuração de operadores e teorias psicológicas e seu comprometimento com o chamado “Projeto da Modernidade”.

Dentre as várias características elencadas por autores³ na contemporaneidade que se ocupam de discussões acerca da Modernidade, interessa-nos particularmente uma de suas características, talvez a mais relevante e que ancore todas as outras: a centralidade da razão. A partir desta forjou-se a possibilidade da produção de ferramentas e instrumentos que “traduziriam o mundo” tornando-o capturável pela racionalidade humana, submetido aos seus saberes. Para além disso, tornando-se “senhor” deste mundo, conhecedor de suas leis, o ser humano empenhou-se em construir modos de previsão, intervenção e controle do futuro. Produziu-se a crença na certeza de dominação da natureza e do universo, a retirada do futuro da esfera do acaso, do destino, da submissão aos

³ Além de Foucault que tomamos como referência para este trabalho, podemos citar Jean-François Lyotard; Zygmunt Bauman; Homi K. Bhabha; Boaventura de Sousa Santos; Stuart Hall; Lupicínio Iñiguez, entre outros. Cabe destacar que estes autores articulam suas análises da Modernidade à análise dos compromissos do conhecimento na contemporaneidade.

deuses, do descontrole e do que não podia ser dominado, para ser compreendido como resultado da escolha e da ação do ser racional, mediada fundamentalmente pelo saber científico.

Bauman (1998,1999) faz uma análise do empreendimento de tal projeto situando duas noções importantes e muito caras a Modernidade, que ele aborda como “o sonho da pureza” e a “busca da ordem”. O autor discute como a Modernidade construiu a admiração pelos ideais da beleza, pureza e ordem, e empenhou-se em criar mecanismos que dessem conta de limpar a sujeira e ordenar a desordem. Precisou-se para tanto classificar, esquadrihar, categorizar, dar uma estrutura ao mundo buscando suprimir as ambivalências, o acaso e a contingência, determinar o “lugar certo” para cada coisa e para cada ser. A preservação da ordem e a inteligibilidade do ambiente colocaram-se no centro das atenções da racionalidade. Mas estes ideais de modo algum se restringiram à ordem ou pureza das coisas e, conforme este autor, uma das mais importantes “corporificações da ‘sujeira’” deu-se sobre os “outros seres humanos”, mais especificamente sobre certas categorias de pessoas que atrapalhavam a perfeita organização deste ambiente. Como esse pensamento não admite uma outra ordem, pois entende só haver uma possível, adequada e correta, ao invés de possibilitar outras organizações, o que produz são os outros de uma ordem tomada como única possível. Os outros, são também os fora da ordem, que como tais, têm de ser eliminados: adequar-se ou desaparecer, serem retirados dos espaços reservados aos normatizados. Temos o terreno a partir do qual se pode falar em cálculos, planejamentos, diagnósticos, previsões e, portanto em prevenções e intervenções: o futuro teria se tornado passível de gerenciamento. O mundo torna-se administrável, as pessoas passam a ser vistas como governáveis e será dada especial atenção àqueles que devem ser incluídos nos sistemas normativos e normalizadores dessa sociedade.

Sob a convicção do controle e da ordenação do mundo pela racionalidade, o pensamento Moderno instigou também no campo das ciências do comportamento, a busca por um sujeito universal e, de fato o construiu, determinando para este, entre outras prescrições, estágios de desenvolvimento e modos de existência adequados desde o ponto de vista psicológico.

A preocupação com a ordenação do mundo, especialmente dos seres humanos, está intimamente vinculada ao objetivo das ciências do comportamento ou da psique: ocupação com a norma em si, com a adequação das pessoas às normas, com quem está ou não no lugar correto, com a recolocação no lugar, ou a criação de lugares para os impuros, os anormais. As operações de ordenação e limpeza foram simultaneamente ações de construção de domínios de saber e dispositivos de inteligibilidade deste mundo. Tornando-se agentes autorizados a falar sobre o normal e o anormal, na verdade autorizados a estabelecer a normalidade e a anormalidade, os especialistas da conduta – e certamente não apenas estes – usufruíram dos poderes de classificar aptos e inaptos, adequados e inadequados, corrigíveis e incorrigíveis, medindo e avaliando a pessoa certa para o lugar certo e os lugares certos para as pessoas “erradas”. Assim, a condição de existência das psicologias tradicionais tem sido a referência a normas (normalidade/anormalidade) e a busca pela correção, via intervenção, de determinados tipos de sujeitos, de determinados modos de vida.

Mesmo que consideremos a já mencionada diversidade teórica e metodológica do campo da psicologia, teremos nas mais diferentes abordagens a intervenção como uma questão central ou mesmo como a própria finalidade desta disciplina mesmo que não devamos reduzir uma à outra. A despeito das suas diferentes justificativas e estratégias de intervenção, coloca-se como principal objetivo desta ação uma chamada preocupação terapêutica, seja ela vinculada a prevenção, cura ou correção (embora esta última não costume lisonjear muito os profissionais do campo psi, que costumam atribuí-la outras áreas). Em qualquer uma destas instâncias, reitera-se a produção das

normas: prevenir o indesejado, curar o anormal e corrigir o inadequado. Podemos encontrar exemplos destas posturas tanto em práticas institucionais, sociais ou clínicas; em propostas como a justiça terapêutica, avaliação psicológica para seleção profissional e pesquisas. Importante ressaltar também, que intervenções dessa ordem não são exclusivas da Psicologia, mas dizem respeito a diferentes práticas das áreas das Ciências Humanas. Entretanto, é do campo da Psicologia o saber para se conhecer o “subjetivo”. E é justamente a implicação deste conhecimento com o sonho de ordem e limpeza da Modernidade, que imprime a marca higienista em grande parte das teorias e intervenções do campo psi e no desenvolvimento de estratégias e tecnologias para a formação de bons costumes e bons sujeitos. Temos assim um paradoxo, pois a psicologia se constituiu como fundamento científico para práticas como a educação ou trabalho, ao mesmo tempo em que se ofereceu como resposta para os problemas decorrentes destas práticas, como os problemas de aprendizagem, adaptação, desempenho e produtividade dos sujeitos (Foucault, 2002a).

A racionalidade do pensamento Moderno também marca os modelos de intervenção operados pela psicologia. A preocupação profilática orientada por uma lógica de causalidade e a constituição de domínios de saberes especializados – e, nesses domínios, o cálculo de cada ação – respondem à fragmentação de saberes e práticas, exigida pela proposta de ordenação da Modernidade. Assim, ancorada em um modelo das ciências naturais, a intervenção tem sido organizada seguindo uma divisão que postula um período de diagnóstico (e seus procedimentos específicos) que daria condições e antecederia, mas seria independente da intervenção. É a partir desta lógica que, a despeito do poder que pudesse representar assumir a formulação das normas de inclusão/exclusão em tais categorias normativas e dicotômicas⁴, essa autoria freqüentemente foi e, ainda é negada ou recusada, sob a alegação da “constatação” daquilo que já estaria dado. Os especialistas, “gerentes da ordem” orgulham-se de serem os diagnosticadores e interventores sobre a desordem, mas não se implicam com a própria instauração, constituição dessa ordem/desordem. Atribuem assim um caráter de essência a uma realidade dada, que cabe à ação racional ordenar, tornar mais funcional: essa seria sua função imprescindível. O exercício do poder em tais instâncias manifesta-se de forma sutil, até dissimulada, já que a bandeira ostentada é a da neutralidade científica.

Foucault provoca importantes deslocamentos no modo de entender a psicologia, ao situá-la como “uma forma cultural” relacionada a “um certo programa normativo”. É também no âmbito da cultura que Foucault situa a norma, como algo que não diz respeito ao natural, mas ao construído pelos saberes, “portadora de pretensão ao poder”. Ela funda e legitima certos exercícios de poder, onde podemos situar o poder de falar sobre, intervir sobre, conhecer. O estabelecimento da norma passa a equivaler à possibilidade de domínio sobre a ordem e a desordem. Ela integra e define o normal e o anormal, e a partir disso a perspectiva de gerenciamento destes. Assim, ela “(...) não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo” (Foucault, 2001: 62). Tornar o outro inteligível - ainda que como o outro, com a demarcação que o separa dos iguais - é uma tarefa que tem estado no centro das produções psicológicas tradicionais. E é neste contexto que o “terapêutico” tem, muitas vezes, se vinculado mais ao “corretivo/normativo” do que à promoção de saúde (ainda que a própria noção de saúde deva também ser problematizada). Mas se o principal alvo da intervenção

⁴ “A dicotomia é um exercício de poder e ao mesmo tempo sua dissimulação. Embora nenhuma dicotomia vingasse sem o poder de separar e pôr de lado ela cria uma ilusão de simetria. A falsa simetria de resultados encobre a assimetria de poder que é a sua causa” (Bauman. 1999: 22).

psicológica está centrado neste outro, isso não retira seu olhar dos “iguais”, dos normais, na medida em que estes também são constituídos e “precisam”, para continuar na normalidade, ser regulados por estes discursos. A expansão do domínio e da intervenção psi, amplia-se da regulação dos indivíduos, para a regulação do social.

“A produção dos “efeitos de verdade” psicológicos é intrinsecamente amarrada aos processos pelos quais uma variedade de domínios, lugares, problemas, práticas e atividades “tornam-se psicológicos”. Eles “tornam-se psicológicos” no que são problematizados – ou seja, apresentaram-se simultaneamente problemáticos e inteligíveis – em termos do que é incorporado pela psicologia.” (Rose, 1991).

A partir disso, a questão que propomos pensar é: se a fundação das normas está de tal modo vinculado à produção dos alvos da intervenção, como poderíamos então, dissociar o momento do diagnóstico, das elaborações teóricas, das produções científicas disso que chamamos intervenção e que implicações éticas vinculam-se a assumir ou não esta separação? Entendemos que ao produzirem-se parâmetros ou discursos (teorias) que sustentam diagnósticos e que assujeitam pessoas constituindo-as a partir de determinadas verdades, o que se produz sobre os sujeitos diagnosticados já é uma forma de intervenção. Os mesmos discursos que intervêm são os que constituem os alvos de sua intervenção. São discursos normativos (voltados ao estabelecimento de normas) e normalizadores (porque operam no sentido de enquadrar dentro das regras de normalidade/anormalidade aqueles a quem se dirigem). Ao falar afetamos/produzimos os sujeitos sobre quem falamos e a nós mesmos. Nesta medida, intervêm-se os transformando em sujeitos de determinados tipos, mudando seus modos de pensar sobre o mundo e sobre si.

A noção de intervenção passa a ser ampliada para os efeitos discursivos que provocam modos de subjetivação sobre os sujeitos por estes interpelados: aqueles sobre quem se fala, aqueles que se relacionam com estes de quem se fala e os modos das pessoas relacionarem-se com este de quem se fala. Ao mesmo tempo afeta aqueles que se posicionam como interventores sobre quem é falado. É neste sentido que já não entendemos mais a intervenção apenas pelo seu propósito de efeito terapêutico, mas a deslocamos para o entendimento da intervenção como aquilo que se produz, via discurso, nos modos de subjetivação. Pelos discursos, constituímos e somos constituídos como sujeitos de gêneros, de idades, tipos de personalidades. Produzimos categorias e fabricamos sujeitos como mulheres com tensão pré-menstrual, crianças hiperativas, adolescentes vulneráveis, etc. Essa compreensão desconstrói a lógica da neutralidade das teorias, em especial das teorias psicológicas. Transformando o mundo inteligível aos nossos saberes, não o estamos apenas explicando ou desvendando, mas construindo-o, o que se dá também sobre os sujeitos. O que podemos empreender a partir disso, é uma reflexão acerca do que pode estar marcando a diferença entre discursos/intervenções meramente disciplinadores e reguladores e discursos/intervenções que sejam criação de possibilidades, espaço para a produção de alteridades.

Deslocamentos: repensando as práticas psi

A Ciência Psicológica não tem uma essência. Esta assertiva é o ponto de partida para a discussão que sustentou a presente proposta de trabalho e formulou-se a partir da contribuição das teorizações foucaultianas acerca da constituição das ciências humanas. Isso porque grande parte do trabalho de Foucault consistiu na análise da constituição de determinados regimes de verdade, que passam a

produzir modos de subjetivação. Desta perspectiva, Foucault construiu a história da loucura, da clínica, do saber psiquiátrico, dos anormais... A arqueologia e a genealogia foucaultiana nos apresentaram análises de como determinadas práticas foram historicamente produzindo rupturas, demarcação de campos discursivos e saberes oficiais sobre os sujeitos, enredadas em campos de exercício de poderes. A proposta foucaultiana de construção de uma história do presente, desconstrói verdades acatadas e possibilita a produção de novas articulações na análise do que nos tornamos e de nossas práticas.

E desse ponto que podemos pensar em deslocamentos no campo das práticas psi. Porém, para tanto, a psicologia não pode ser compreendida meramente como uma disciplina teórica, mas como implicada com uma série de modos de pensar e agir, de práticas, técnicas, formas de cálculo, rotinas e procedimentos. Todos estes aspectos relacionam-se com a produção de regimes de verdade, compondo aparatos de governo, que entre outras questões, respondem à satisfação de demandas como ordem social, harmonia, tranquilidade e bem-estar (Rose 1991). É neste sentido tomamos a expressão práticas psi, como práticas discursivas que, extrapolando o campo disciplinar da psicologia (científico, teórico, técnico, instrumental, metodológico, etc.) estão voltadas ao gerenciamento da subjetividade, capilarizando-se nas mais diversas práticas sociais. Isso porque, a despeito da não-unicidade em termos de objeto, conceitos ou sistemas teóricos, a psicologia assumiu, desde o século XIX, uma unidade pedagógica e institucional e estabeleceu uma série de ligações com outros discursos, como a criminologia, a filosofia política, a estatística, a pedagogia, a medicina e a psiquiatria promovendo e participando novos tipos de reflexão sobre as pessoas e seus mundos (Rose, 1991, 1996). Forneceu-nos conceitos, regras e categorias pelos quais nos descrevemos e compreendemos, que nos produzem e colocam em determinadas posições de sujeito (Hook, 2004a, 2004b)

Para problematizarmos as práticas psi, tomamos como eixos neste trabalho o questionamento sobre como este campo de conhecimento tem operado uma unicidade discursiva na produção de um sujeito universal, patologizando a diferença que se torna alvo de suas intervenções; e a divisão que se estabelece entre o fazer e o pensar a Psicologia, que retira do âmbito da ação (ou da intervenção) a reflexão e a crítica sobre a própria Ciência. Esta trajetória por si mesma já constitui o que podemos chamar de um primeiro deslocamento provocado pela aproximação de Foucault à psicologia.

Cabe registrar, que propor articulações da Psicologia com o pensamento foucaultiano está longe de significar tomar a produção deste autor como um referencial teórico para as ciências psicológicas. O que ele nos tem indicado, acima de tudo, é uma forma de olhar e interrogar as práticas legitimadas pelo discurso psicológico, questionar “como funcionam” estas práticas e as condições de emergência e legitimação de tais saberes. Talvez uma das principais contribuições foucaultianas para a Psicologia seja justamente a crise que este pensamento pode instaurar nesta disciplina. Para Foucault (1990), a crise de disciplinas como a medicina, a psiquiatria, a justiça penal e a criminologia, análise em nosso entendimento também pertinente à psicologia,

“(...) não coloca em questão simplesmente seus limites e incertezas no campo do conhecimento. Coloca em questão o conhecimento, a forma de conhecimento, a norma “sujeito-objeto”. Interroga as relações entre as estruturas econômicas e políticas de nossa sociedade e o conhecimento, não em seus conteúdos falsos ou verdadeiros, mas em suas funções de poder-saber”. (Foucault, 1990: 118).

Evidenciar as implicações políticas do discurso psi, questionar suas funções de poder-saber, resulta em rupturas ontológicas e epistemológicas com o modelo da Psicologia tradicional. Entre outros efeitos irá comprometer a psicologia com a produção das normas que descrevem normais e anormais (classificação que está na base de sustentação da Ciência Psicológica) e com a produção dos sujeitos que tradicionalmente ela afirma apenas “tratar”. Desse modo trata-se de assumir o poder instituinte de verdade e “realidade” do discurso, especialmente deste que se diz científico e presta-se a solucionar, ou no mínimo explicar, as “desordens” do mundo. Envolve, finalmente, recusar a neutralidade do interventor e a essencialidade disso que chamamos realidade.

Neste sentido, podemos falar de uma ciência que pode lançar um olhar para si e repensar-se, mas não mais como uma instância que estaria acima do mundo das pessoas comuns, que olha para este para explicá-lo do alto de seu conhecimento e principalmente imparcialidade. Trata-se de reconhecer os saberes que produz e opera como práticas culturais e políticas. De acordo com esta compreensão “(...) a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática: ela é uma prática (...) local e regional (...) não totalizadora” (Foucault e Deleuze, 1990: 71). Essa perspectiva recusa a dicotomia teoria e prática já que a teoria (o conhecimento) está sempre implicado com uma ação sobre o mundo, a partir do que podemos argumentar que a produção teórica já se constitui como uma forma de intervenção, como uma prática que forja sujeitos.

Outro importante efeito dessa articulação é um descentramento da unidade-sujeito para a rede discursiva onde este é produzido, ou seja, desloca-se o olhar do comportamento e da internalidade do sujeito para as práticas culturais nas quais ele é produzido. Isso exige uma mudança também por parte dos “especialistas” na forma como se propõem a compreender tal sujeito, deslocando a busca pelo desvelamento de uma verdade interior para a análise dos efeitos de verdade dos discursos, sobre como as práticas que o cercam o produzem como sujeito de um determinado tipo. Somando-se a isso a desestabilização das certezas e das “verdades absolutas” sobre “sujeitos universais” produz-se um terreno fértil para produção de outras práticas, para a inclusão de outros discursos, para a provisoriamente, para o diálogo com “saberes marginais”, do cotidiano, das pessoas comuns.

Não estamos aqui querendo preconizar um determinado tipo de ciência em detrimento de outros, mas questionar verdades acatadas como uma única maneira de ser no mundo. Alguns princípios de se colocar em dúvida os saberes como, por exemplo, os postulados pelo construcionismo, de se considerar a especificidade e particularidade histórica e cultural do conhecimento e que este sempre é o resultado de construções coletivas inseparáveis de ações sociais, podem nos encaminhar para problematizar sua origem, processos e efeitos (Íñiguez, 2002) – ou, seguindo Foucault (1990), as condições de possibilidade que fizeram com que um conhecimento emergisse em determinado momento da história e não em outro, fazendo falar e calar determinados discursos.

É justamente por estes deslocamentos que o olhar permeado pelo pensamento foucaultiano pode produzir um novo pensar/fazer Psicologia. A mudança de foco dos “problemáticos” (que, tradicionalmente, corremos atrás tentando entender) para a problematização das teorias, das normas que constituem os mesmos. Trata-se de desconstruir tais teorias e, portanto seus objetos (aqueles que são falados e constituídos por elas) dando visibilidade ao seu caráter histórico, contingencial. Foucault nos dá exemplos deste tipo de desconstrução ao falar, por exemplo, da loucura, da sexualidade e dos anormais. Este processo de desconstrução ou desnaturalização pode ser sempre reinventado ao questionar outras verdades e ao ocupar-se da problematização de outros saberes que, sempre transversalizados por relações de poder operam na constituição da Ciência Psicológica.

Se as teorizações foucaultianas não nos oferecem uma resposta acabada sobre um outro modo de fazer Psicologia, elas nos possibilitam reposicionar questões relativas às suas práticas, lançar um outro olhar, pensar por outros caminhos o que, como efeito, transforma o próprio fazer. De fato, Foucault não se propunha a prescrever modos de intervenção que, por sua vez, se tornassem modelos a serem seguidos, e também não é esse o caminho que pretendemos percorrer. Ao invés disso sugere um olhar crítico sobre este saber e seus efeitos nos modos de subjetivação. Nesta crítica, contempla a necessidade de uma permanente reflexão acerca da própria ciência psi:

“A renovação radical da psicologia como ciência do homem não é, portanto, simplesmente um fato histórico do qual podemos situar o desenrolar durante os últimos cem anos; ela ainda é uma tarefa incompleta a ser preenchida e, a esse título, permanece na ordem do dia.” (Foucault, 2002a: 134).

Desse modo, ao propormos articulações da psicologia com o pensamento foucaultiano, pensamos em reinvenções, tanto desse pensamento quanto das práticas. Pensamos em afetamentos que se podem produzir por esse diálogo, que sempre se inaugura quando o colocamos em outras articulações. Reinventar práticas psi não diz respeito necessariamente a inventar outros métodos de intervenção, mas a introduzir outros modos de interrogar e outras interrogações, entre elas, o que pretendemos e quais as implicações de nossa prática, daquilo que afirmamos como verdades sobre os que tomamos como nossos sujeitos-objetos. Nisso reside uma mudança radical compreensão daquilo que se tem entendido por intervenção no campo da Psicologia, em pelo menos dois aspectos. O primeiro, desde a recusa de uma dicotomia entre teoria e prática – que situaria nesta última o lócus da intervenção – assumindo o caráter “interventivo” da produção teórica da psicologia e dando um adeus à neutralidade científica e a uma realidade que independe dos modos que utilizamos para conhecê-la; o segundo aspecto dessa mudança diz respeito a colocar a própria psicologia como “alvo” de intervenção, ao torná-la também problemática, ou seja, passível de problematizações.

Esta, como as demais posturas que possamos assumir como agentes dos saberes psi, estará imbricada com nosso posicionamento político, que neste caso, vinculamos a uma importante tarefa crítica, buscando os comprometimentos e a rede de saberes e poderes em que eles se produzem. Para Anthony Collins (2004: 23) falar em uma psicologia crítica tem um duplo significado, quais sejam, “uma crítica da psicologia e um modo crítico de fazer psicologia”. E segue afirmando que o objetivo “não é destruir a psicologia, mas transformá-la ao ponto que ela possa tornar-se o que ela reivindica ser: simultaneamente um rigoroso modo de compreender as pessoas e uma profissão da saúde.”⁵ (Collins, 2004: 23).

Essas possibilidades evidenciam-se especialmente a partir de experiências de práticas não massificantes, inspiradas por perspectivas que assumem posturas desnaturalizadoras da realidade e dos sujeitos, recusando as essências, considerando os processos culturais de construção de diferenças/identidades e os modos de subjetivação. São, portanto, perspectivas que operam não se isentando das relações de poder, do caráter instituinte que o saber assume, mas que atentam criticamente para este caráter, ao invés de assumir uma postura desqualificadora de modos de ser e conhecer diferentes dos seus.

⁵ No original “caring profession”.

Referencias

- Bauman, Zygmunt. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Zygmunt. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Collins, Anthony. (2004). What is critical psychology. In Derek, Hook (ed.). *Critical Psychology* (pp. 22-23). Republic of South África: UCT.
- Foucault, Michel. (1990). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, Michel. (1998). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, Michel. (2000). *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Foucault, Michel. (2001). *Os anormais: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (2002a). A Psicologia de 1850 a 1950. In Michel, Foucault. *Ditos e Escritos I. Problematizações do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise* (pp. 133-151). Rio de Janeiro: Forense Universitaria.
- Foucault, Michel. (2002b). Filosofia e Psicologia. En Michel, Foucault. *Ditos e Escritos I. Problematizações do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise* (pp. 220-231). Rio de Janeiro: Forense Universitaria.
- Foucault, Michel e Deleuze, Gilles. (1990). Os Intelectuais do Poder. In Michel, Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Guareschi, Neuza M. F., Medeiros, Patrícia Flores de y Bruschi, Michel Euclides. (2003). Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In Neuza M. F. Guareschi e Michel Euclides Bruschi (eds.). *Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social*. (pp. 23-49). Petrópolis: Vozes.
- Hook, Derek. (2004a). Critical Psychology: The basic co-ordinates. In Derek, Hook (ed.). *Critical Psychology*. (pp. 10-23). Republic of South Africa: UCT.
- Hook, Derek. (2004b). Governmentality and technologies of subjectivity. In Derek, Hook (ed.). *Critical Psychology*. (pp. 239-271). Republic of South Africa: UCT.
- Íñiguez, Lupicínio. (2002). A Pós-modernidade: O Novo Zeitgeist de Nosso Tempo. In João, Martins Batista., Nour-Din El, Hammouti e Lupicínio, Íñiguez. *Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social* (pp. 101-126). São Carlos: RiMa/Fundação Araucária.
- Rose, Nikolas. (1991). Power and Subjectivity: Critical History and Psychology. Acesso online: <http://academyanalyticarts.org/rose1.html>.
- Rose, Nikolas. (1996). *Inventing Our Selves: Psychology, Power and Personhood*. New York: Cambridge University Press.

Historia editorial

Recibido: 14/04/2005

Aceptado: 07/10/2005

Formato de citación

Hüning, Simone Maria y Guareschibre, Neuza M. F. (2005). Título del artículo. *Athenea Digital*, 8, 95-108. Disponible en <http://antalya.uab.es/athenea/num8/huning.pdf>

Simone Maria Hüning. Mestre em Psicologia Social e Doutoranda do PPGP –Facultade de Psicologia-PUCRS/CNPq.

Neuza M. F. Guareschi. Profesora/pesquisadora do PPGP –Facultade de Psicologia-PUCRS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](#).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

Reconocimiento: Debe reconocer y citar al autor original.

No comercial. No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#)

[Texto completo de la licencia](#)